

Revista Circus: memória e design na ditadura civil-militar brasileira

Ana Cláudia Campos da Cunha Mello

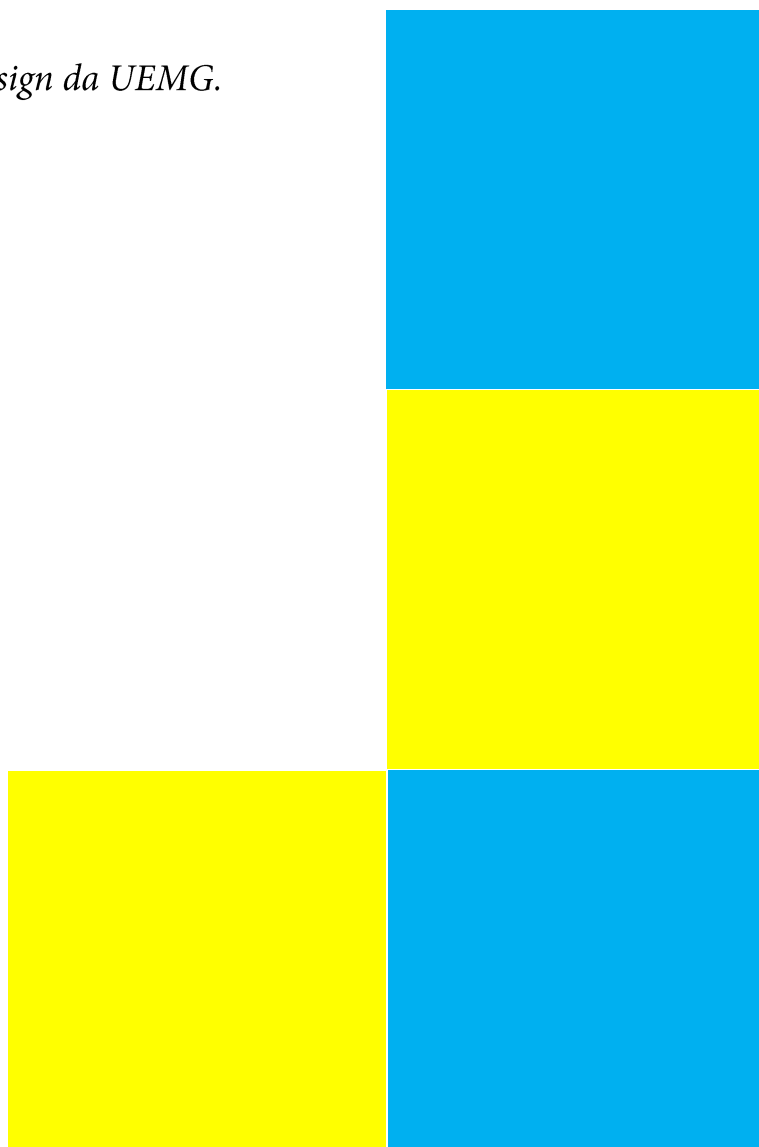
Mestranda no Programa de Pós-graduação em Design da Universidade do Estado de Minas Gerais. Bacharel em Design Gráfico pela mesma instituição.

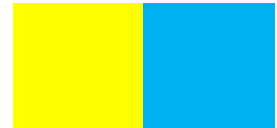
Marcelina das Graças de Almeida

Doutora em História pela UFMG e docente nos cursos de graduação e pós-graduação da Escola de Design da UEMG.

Sérgio Antônio Silva

Professor do Programa de Pós-Graduação em Design da UEMG.





Resumo: Este artigo trata de um caso específico de censura na ditadura civil-militar brasileira de 1964 e sua relação com a memória daquele momento, além de promover uma análise gráfica de exemplares do objeto de estudo, a revista *Circus*. O cerceamento à imprensa alternativa da época fez parte do projeto de poder do governo, e sua manipulação, especificamente da memória coletiva e gráfica por meio da censura, buscava concretizar e unificar seu controle. A revista *Circus*, iniciativa de estudantes universitários da UFMG e jornalistas da cidade de Belo Horizonte, no ano de 1975, desafiou os órgãos de censura governamentais ao socializar informações polêmicas e proibidas, de forma crua e, em certos casos, grotesca, disponibilizando uma experiência coletiva aos leitores. Servindo como uma memória subterrânea, por muito tempo, o ressurgimento da revista por meio da Comissão da Verdade de Minas Gerais aflora ressentimentos que foram acumulados durante todos os anos seguintes, e questiona seu silenciamento.

Palavras-chave: Revista; Design; Memória, Ditadura; Censura.

Abstract: This article deals with a specific case of censorship in the Brazilian civil and military dictatorship of 1964 and its relationship with the memory of the time, in addition to promoting a graphic analysis of copies of the study subject, the *Circus* magazine. The restriction of the alternative press at the time was part of the government's power project, and its manipulation, specifically of collective and graphic memory through censorship, sought to concretize and unify its control. The *Circus* magazine, an initiative of UFMG university students and journalists from the city of Belo Horizonte, in 1975, challenged government censorship bodies by sharing controversial and prohibited information in a hard and in certain cases grotesque way, providing a collective experience to readers. Serving as an underground memory for a long time, the magazine's resurgence through the Minas Gerais Truth Commission brings out resentments that were accumulated during all the following years, and questions its silencing.

Keywords: Magazine; Design; Memory; Dictatorship; Censorship

1 INTRODUÇÃO

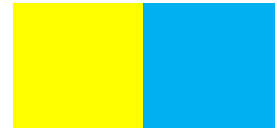
Publicações impressas constituem uma parte da memória que um grupo viveu no passado, palpáveis e em sua grande maioria democráticas e de fácil acesso. Hoje, contando que cada vez mais decrescem o número de pessoas que viveram certas memórias, como aquelas produzidas pela ditadura civil-militar, “maior será sua necessidade de conservação” (NETTO; PILLOTTO, 2018, p. 192).

Controlar memórias torna-se um instrumento da própria sociedade, como aquelas que são exteriorizadas por cada indivíduo sob outras formas, especialmente físicas e virtuais. Toda a manipulação da memória coletiva, conceito que será explicado adiante, parte do esquecimento, forçado ou não, e a mudez da história, que concretizam o poder de seções específicas da sociedade que detém o poder (LE GOFF, 1990).

As vozes da resistência ao regime civil-militar ganharam forma e deixaram de se espalhar para um vazio individual, subterrâneo. São ligadas à experiência de viver e reviver a lembrança, são “mais do que a simples ação de recuperar uma vivência”, já que “a memória é um processo de reconstituição do passado pelo confronto com o presente e pela comparação com outras experiências” (CARDOSO, 2016, p. 74).

A censura, durante a ditadura civil-militar brasileira, regularizada especialmente pelo Ato Institucional n. 5 (AI-5), que foi decretado pelo general Artur da Costa e Silva (1899-1969) em 13 de dezembro de 1968, proibia a propagação de quaisquer materiais de natureza política. Além disso, havia toda a questão da “moral e bons costumes” citada no preâmbulo do primeiro Ato Institucional de 9 de novembro de 1964, em que foi referido como objetivo de governo o “combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo” (BRASIL, 1968, p. 1). O cerceamento à cultura tinha como objetivo unificar o discurso nacional e sufocar qualquer tipo de resistência.

Revistas e outros tipos de periódicos sofreram com varreduras de órgãos de censura durante a ditadura civil-militar do Brasil. A Divisão de Censura e Diversões Públicas (DCDP), criada em 2 de junho de 1972 sob o decreto n. 70.665, era responsável por tomar decisões censórias sobre qualquer forma de execução pública, publicações de



natureza bibliográfica, midiática e cultural. Sob tutela do Departamento da Polícia Federal, a divisão só foi extinta na Constituição de 1988.

Existem iniciativas locais, tais como a Comissão Nacional da Verdade de Minas Gerais (Covemg), instância estadual da Comissão Nacional da Verdade,¹ que reuniu materiais considerados subversivos da imprensa alternativa de Belo Horizonte, como depoimentos sobre o jornal “Binômio”, “Jornal do Bairro” e o “Jornal De Fato” e a fâc-símile de algumas páginas do “Suplemento Literário”. Como símbolos da contracultura, a Covemg destacou também veículos belo-horizontinos menores, tais como o “Silêncio”, o “Vapor” e “Cemflores”, que, apesar de não contestarem abertamente o governo, incitavam contra a “moral e os bons costumes” daquela época (MINAS GERAIS, 2017). Junto com esses últimos periódicos estava a revista *Circus*, e é destacada na seção do *website* da Covemg “os alternativos e a resistência ao autoritarismo” a fâc-símile de todas as páginas dos seus três únicos números, foco deste artigo.

2 A IMPRENSA ALTERNATIVA COMO MEMÓRIA

A memória é apontada por alguns por possuir uma função puramente cognitiva, mas também desempenha um papel histórico e social. Dentro das memórias, existem as categorias individual e coletiva, em que a primeira, como explicitado pelo nome, foi vivida e é lembrada por um indivíduo. A segunda, conforme dito por Halbwachs (1990), circundam memórias individuais que se transformam quando colocadas em um contexto coletivo afastado de uma consciência puramente individual. Assmann (1995) descreve a passagem, segundo pensamentos de Halbwachs, do domínio biológico da memória para um domínio cultural, a partir de uma mudança de percurso quanto à coletividade.

As memórias coletivas se apoiam tanto na oralidade quanto nos escritos, e podem se tornar subterrâneas e silenciadas, evidenciando uma natureza subversiva, opressiva e homogeneizadora (POLLAK, 1989). Por isso,

¹ A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi um órgão temporário criado em 2011 e dissolvido em 2014 pela então presidente Dilma Rousseff que tinha o intuito de investigar as violações de direitos humanos ocorridas em território brasileiro entre 1964 e 1988.

essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes (POLLAK, 1989, p. 4)

Quando oportuno, essas memórias reprimidas, no âmbito político, por exemplo, acabam por “aflorar”, como colocado por Pollak (1989), e integram o contexto público. A partir desse momento, a memória coletiva e antes subterrânea, especialmente de minorias, é colocada à frente da dita memória oficial, nacional, abrindo caminhos para reivindicações e disputas (POLLAK, 1989).

O ressurgimento de memórias coletivas acontece nos domínios oral e escrito. Salienta-se, porém, que o primeiro possui algumas limitações quanto à sua reprodutibilidade e sobrevivência, já que lidam com fontes primárias que assimilam memórias de formas distintas e em algum momento cessarão sua existência. Por esse motivo, imprimir a memória em um suporte, seja físico ou virtual, é a saída mais sensata para o esquecimento, afinal, “as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem” (HALBWACHS, 1990, p. 55) – *verba volant, scripta manent*.²

O impresso se torna não somente uma memória coletiva, mas também uma memória gráfica. Esta é uma expressão clássica e recente que se originou na América Latina no século XXI, que é definida por Farias (2014) como uma linha de estudos que “descreve os esforços para reavaliar artefatos visuais, em particular impressos efêmeros – como panfletos, cartazes e convites –, visando a recuperação da noção de identidade local por meio do design” (2014, p. 201).³ Esses artefatos, que constituem a objetificação da cultura do impresso, carregam uma “energia mnemônica” que se torna um “pré-requisito de sua transmissão na herança cultural institucionalizada da sociedade” (ASSMANN, 1995, p. 130).⁴

² Provérbio em latim que possivelmente inspirou a frase de Halbwachs, que significa: “palavras faladas voam para longe, palavras escritas permanecem”.

³ “Describe efforts to rescue or to re-evaluate visual artifacts, in particular printed ephemera, aiming at the recovery or the establishment of a sense of local identity”.

⁴ “[...] prerequisite of its transmission in the culturally institutionalized heritage of a society”.



A memória gráfica tem seu caráter coletivo revelado por abranger, justamente, não só as memórias de quem viveu um dito fato documentado, mas de quem o produziu e o transformou em um artefato gráfico. Sua historicização – ou seja, contextualizar historicamente – implica sua cristalização frente à sociedade, e contribui imensamente para sua divulgação como artefato, agora, de valor histórico.

Durante o regime civil-militar surgiram e foram fechados cerca de 150 periódicos da referida imprensa alternativa, ou “imprensa nanica” – nomeada assim por Bernardo Kucinski (1991) em sua obra “Jornalistas e Revolucionários” – que buscavam solidificar uma forma de resistência à ditadura civil-militar e eram submetidas pelo governo a um regime de censura prévia (KUCINSKI, 1991). Havia os partidários, de cunho político, como “Classe Operária”, do Partido Comunista Brasileiro (PCB); independentes, como “Silêncio”, editada por estudantes ligados à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); e alternativos, como “Binômio” (figura 1), jornal belo-horizontino fechado em 1964, ano do golpe civil-militar brasileiro.

Figura 1- Jornal Binômio (1963)



Fonte: Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais

O termo “nanica”, assim construído no contexto da ditadura civil-militar por jornalistas, dizia a respeito do formato conhecido como “tabloide”, de dimensões menores que o formato “standard” e facilmente manipulável, adotado por grande parte dos periódicos alternativos (KUCINSKI, 1991). O termo alternativos, por outro lado, diz respeito aos quatro sentidos do que seria a imprensa alternativa, que são

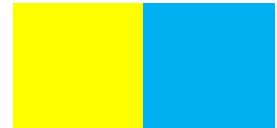
o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e , finalmente, o do desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970, de protagonizar as transformações sociais que pregavam. (KUCINSKI, 1991, p.5)

A imprensa alternativa desempenhou um importante papel como contestadora do discurso oficial do governo ditatorial, criticando, diferentemente da imprensa comum, o período conhecido como “Milagre Econômico” – que perdurou até cerca de 1973 – e cobrando a restauração da democracia e o fim da violação de direitos humanos (KUCINSKI, 1991).

Existiam dois tipos de periódicos alternativos: os quase hegemonicamente políticos, embebidos pela esquerda ideológica, e aqueles da denominada contracultura, que rejeitavam ideologias (KUCINSKI, 1991). O jornal carioca “nacional-popular” “O Pasquim”, que circulou entre 1969 e 1991, mudou a percepção dos seus leitores frente a realidade, apostando em uma linguagem própria jornalística, publicitária e coloquial (KUCINSKI, 1991), movimento refletido pela própria revista Circus em Belo Horizonte.

Por contar com grandes nomes de contestadores da ditadura civil-militar tais como o cantor Chico Buarque, e também germinar a partir de um projeto que gozava de mais investimentos, com venda em bancas de jornal e tiragem notável – só a primeira foi de 14 mil, e, como rapidamente esgotou, houve uma tiragem extra de mais 14 mil – que atingiu o pico de 200 mil na edição 22 (AUGUSTO, 2022), possivelmente “O Pasquim” era, para o governo civil-militar, um veículo que precisava ser administrado quanto à censura às rédeas curtas, e, portanto, era prontamente censurado.

A revista Circus, por outro lado, era comumente vendida de mão a mão e não tinha tanta publicidade, portanto, não foi de imediato perseguida pelo DCDP. Porém,



seus números passaram a chamar cada vez mais atenção pelo conteúdo, e, dentro do espectro do humor e da sátira, foram destruídas as barreiras do dito “bom senso”, e seu culto ao absurdo fez surgir efeitos radicalmente contestatórios à moral e aos bons costumes do regime civil-militar.

3 A REVISTA CIRCUS

Antes de falar sobre a revista Circus é necessário falar sobre a revista mensal “O Vapor: uma publicação mensal da Vapor Barato” e, a partir do número 5, nomeado “O Vapor: uma publicação da Patuleia Criação, publicidade e promoções”, precursor da Circus. Era feita e impressa em offset nas dependências do DCE – Diretório Central dos Estudantes – da UFMG na Rua Guajajaras, em Belo Horizonte, de 1º de janeiro a 1º de novembro de 1973, totalizando 10 números de 40 páginas cada. “O Vapor” teve uma equipe que desenvolveu um estilo de diagramação “coletiva” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 1989), ilustração e redação que permaneceu na edição da Circus. O editor era Aloísio Moraes, e a redação era composta pelo ativista cultural Rodrigo Leste, Nely Rosa, Sérgio Gama e Maurício Vasconcelos. A revista era vendida de mão a mão, nos bares belo-horizontinos à noite e durante a madrugada, do mesmo modo que a Circus foi.

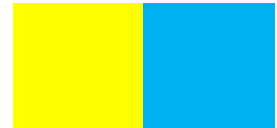
Após a Vapor, veio a Circus, revista mensal impressa em offset inicialmente no DCE/UFMG. Era editada por Aloísio Moraes e redigida pelos estudantes de jornalismo Durval Guimarães e Mirian Christus, além de Rodrigo Leste, Nely Rosa, Dorinha e Luis Gollo e ilustrada por Rodrigo Leste e Gazineli (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 1989), além de outros integrantes em edições específicas, com destaque à primeira. Por circunstâncias de algumas mudanças desconhecidas, passou a ser impressa pela Editora Vega a partir do 3º número com correspondência no endereço residencial do editor Aluísio Moraes, que acabou acarretando batidas policiais em sua casa. Com a pressão de órgãos censórios e políticos foi ficando cada vez mais difícil atrair clientes para publicidade, que eram parte da fonte de financiamento da revista (MORAIS, 2019, p. 1).

A Circus fez referências claras a temas tabu da época, como a perseguição policial à população, o influenciador de golpes militares latinoamericanos Henry Kissinger, a subserviência do governo brasileiro ao estadunidense e aos “poderosos” de Belo Horizonte, figuras que tinham contato com o alto escalão do governo estadual e federal. Era descrita pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) como uma revista de caráter crítico e pornográfico, de acordo com documentos em posse do Arquivo Nacional.

Em cada um dos três números foi publicado um grande “furo”,⁵ que, desde o primeiro, começou a chamar atenção da grande imprensa e de órgãos censórios. O primeiro número tratou de uma entrevista de um ex-membro da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição Família e Propriedade (TFP), uma organização civil e católica de cunho extremamente conservador e, de acordo com o autor – não identificado –, “medieval”. O segundo possuía uma matéria certamente polêmica sobre o empresário Antônio Luciano Pereira, apelidado *Dom Luciano*, e seus fetiches, hábitos e vícios sexuais. Como colocado pelo próprio Aloísio Moraes, editor da Circus, Dom Luciano “ficou famoso por comprar a virgindade de garotas pobres, muitas vezes ‘vendidas’ por mães em dificuldades financeiras” (MORAIS, 2019, p. 1). Possivelmente após a matéria reveladora que acusa sobre a verdadeira realidade e maus tratos no Hospital Psiquiátrico Raul Soares em Belo Horizonte no seu terceiro número, escrita por Durval Campos Guimarães, a Circus encerrou sua existência.

A revista Circus teve seu último número recolhido por ordem do órgão de censura do governo DCDP, subordinado ao Departamento da Polícia Federal (DPF). Recolhidas na casa de do editor Aloísio Moraes, as revistas receberam carimbadas censórias em 50 das suas 64 páginas, e, por isso, não obtiveram sucesso em seu registro no departamento de censura da Polícia Federal, sendo permanentemente extintas (MORAIS, 2019). Diante disso, a Covemg reforça que a revista Circus é um episódio de censura que possui prova documental, diferente de outras ocorrências que deixaram apenas vestígios (MINAS GERAIS, 2017).

⁵ Jargão jornalístico para informações publicadas de forma inédita.



Hoje existem pouquíssimos exemplares da *Circus* conservados e disponíveis para consulta, e são normalmente encontrados nas casas dos responsáveis por sua publicação, como Aloísio Morais. Salienta-se também que os exemplares também fariam parte do acervo do Memorial da Anistia, que seria construído na cidade de Belo Horizonte e teve suas obras canceladas por ordens do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em 2019.

4 ANÁLISE GRÁFICA DA REVISTA CIRCUS

Impressos, quando colocados sob uma lupa por pesquisadores dentro do contexto da memória gráfica, podem revelar interessantes aspectos técnicos quanto aos seus métodos de produção (FARIAS, 2014). Com esse intuito, essa seção dedica-se à análise gráfica da revista *Circus* de acordo com parâmetros que explicitem o pensamento quanto ao design e conteúdo por parte de seus editores, redatores e ilustradores.

Para realizar uma análise básica da revista quanto aos elementos gráficos e informacionais presentes, optou-se por separar os dados em um grupo de informação, subdividido nas categorias *grid* – uma coluna, duas colunas ou outro –, páginas ilustradas e cores em cada página de acordo com a percepção visual dos autores – a identificação das cores das capas e páginas foi a partir das imagens na tela do computador, já que os arquivos estudados são digitalizados – e suas ocorrências ao longo da revista, devidamente enumeradas. Além disso, para a composição de imagens, foi utilizado o método de Costa (2022), que aplica o *zoom* na imagem separando-a em pequenos círculos. Foram utilizados os três números para compilar os dados necessários (tabela 1).

Tabela 1: Análise gráfica

Número/Categoria	Grid			Páginas ilustradas	Cores	
	1	2	Outro		Magenta	Preto
Nº 1	4	30	30	56	34	30
Nº 2	10	33	21	51	30	34

Nº 3	14	33	17	54	32	32
------	----	----	----	----	----	----

Fonte: Elaborada pelos autores.

Recheada de ilustrações de temas polêmicos e escandalosos de caráter orgânico e em algum grau até mesmo grotesco, a revista *Circus* teve três números, de 64 páginas cada, que circularam entre 1º de janeiro e 1º de abril de 1975. Dentro de sua dimensão de 16 x 23 cm – de acordo com o Catálogo de Meios de Comunicação de Massa de Belo Horizonte: 1930-87 (1989) – a diagramação era no mínimo curiosa por transpor o modelo tradicional e engessado adotado por periódicos comuns, fluía e se adaptava de acordo com os elementos presentes nas páginas, apesar de, na maioria dos momentos, seguir um *grid* de duas colunas.

A maioria dos assuntos cobertos pela redação da revista eram ilustrados, sempre com um estilo original e orgânico, às vezes com cunho sexual – talvez daí parte-se a premissa do SNI em classificar a revista como pornográfica. As ilustrações são acompanhadas por tipografias desenvolvidas manualmente pelos ilustradores. O destaque tipográfico recorrente nos três números das revistas é o próprio nome “Circus” nas capas, que remete a um ambiente circense.

Entrando em detalhes, a capa do número 1 (figura 2), na cor magenta, alude, por meio de suas ilustrações, à Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição Família e Propriedade (TFP). Observa-se na ilustração o logotipo da TFP, um leão lampassado comumente utilizado em brasões reais – como o brasão de armas dos Países Baixos – sobre um estandarte, com os títulos de outras matérias com a tipografia no estilo manuscrito, carregado por uma figura com um saco cobrindo a cabeça. Talvez a intenção do ilustrador tenha sido relacionar a organização ao subterrâneo, anonimato, e fazer referência à vestimenta clássica utilizada por executores e aos capuzes vestidos por membros da organização Ku Klux Klan.⁶ O preço da revista, Cr\$3,00, sendo “Cr” o

⁶ Organização estadunidense reacionária e extremista que defende, dentre outros assuntos relacionados, a supremacia branca.

símbolo da moeda cruzeiro, é carimbado na cor preta acima do logotipo da Circus, que encontra-se na vertical, e do indicador da cidade em que foi impressa e distribuída, “BH” – Belo Horizonte – e do ano, assinalado “75” – 1975.

Figura 2 – Capa do número 1



Fonte: Acervo da Covemg.⁷

Já a capa do número 2 da revista Circus (figura 3), na cor preta – confirmando uma possível intenção por parte dos integrantes do corpo editorial da revista de intercalar cores –, é colocado em destaque a matéria sobre Antônio Luciano Pereira e suas perversões sexuais, intitulada “As 200 virgens de Don Luciano” em uma tipografia com bordas. O objetivo do ilustrador é possivelmente remeter a capa à um anúncio antigo de cinema para um filme, confirmado pelo uso de um leão que se assemelha àquele utilizado pela produtora e distribuidora de filmes estadunidense Metro-Goldwyn-Mayer (MGM) e

⁷ Disponível em <http://www.comissaodaverdade.mg.gov.br/handle/123456789/1348>. Acesso em 20 jul. 2022.

o termo “apresenta” acompanhado do nome da revista, horizontalizado e com curvatura em arco, e a matéria em questão. O preço, que agora são Cr\$4,00, faz parte do conjunto impresso da capa, indicado somente por um cifrão. As outras matérias, na parte inferior, são nomeadas e escritas em uma tipografia sem serifa semelhante à Helvetica.

Figura 3 – Capa do número 2



Fonte: Acervo da Covemg.

A capa do número 3 da Circus (figura 4), na cor magenta, evidencia a matéria sobre os abusos cometidos no hospital psiquiátrico belo-horizontino Raul Soares com ilustrações de caráter exagerado e grotesco de pacientes, acompanhados por um “balão de pensamento” característico de revistas em quadrinhos com os dizeres “para o Raul Soares, cada cadáver vale Cr\$500,00”. O logotipo da revista está horizontalizado e com curvatura em arco, acompanhado de linhas de perspectiva que delimitam cada letra. Desta vez, o preço da revista, Cr\$4,00, não está acompanhado pela sigla da moeda cruzeiro e pelo

cifrão. As outras matérias estão escritas em uma tipografia manuscrita irregular, entre dois pontos que indicam o início e o final do título. A capa está carimbada com os termos “cortes” e “censura federal” cinco vezes na cor verde, além da rasura de um “x” por uma caneta azul.

Figura 4 – Capa do número 2



Fonte: Acervo da Covemg.

Nota-se que, apesar de ser uma publicação feita especialmente por jornalistas e não por designers, a revista Circus segue um padrão gráfico (figura 5), como as páginas com as cores magenta e preto intercaladas, o uso de um *grid* de uma ou duas colunas na maioria de suas páginas e uma diagramação eficiente por acomodar todas as ilustrações no meio do corpo do texto.

Figura 5 – Projeto gráfico da revista



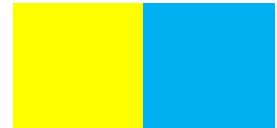
Fonte: Acervo da Covemg.

É possível especular sobre diversas decisões quanto ao design, como por exemplo o uso de cores primárias, magenta e preto, para baratear a impressão, que era feita em offset. O formato do papel adotado pela Circus, 16 x 23 cm, é comumente utilizado para impressão de livros, por mais que não seja o mais econômico – no caso, seria o formato A5, com dimensões de 14,8 x 21 cm.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto no caso da revista Circus como em publicações independentes da época da ditadura civil-militar, a voz da resistência ganha identidade e força. Sua clandestinidade exerceu um importante papel na cena cultural belo-horizontina, especialmente do setor editorial alternativo.

A Circus, como objeto de memória, revive todo um contexto que engloba governo, censura e a vida cotidiana específica da cidade de Belo Horizonte, além da identidade daqueles responsáveis por sua publicação. A identidade e memória individual de cada



integrante da revista foi transposta em uma publicação de escala reduzida em relação aos grandes veículos de mídia impressa, mas que ainda atingia centenas de pessoas. Por mais que essa publicação, que assumiu caráter de memória coletiva e gráfica, tenha sido por muito tempo restrita a poucos leitores pela baixa tiragem e a censura, encontrou uma voz dentro de um resgate de memórias coletivas durante a ditadura: a Comissão da Verdade de Minas Gerais (Covemg).

Iniciativas como a da Covemg, de documentar o que não poderia ser documentado na época por acusações de materiais, eventos e caracteres de pessoas então tidas como "subversivas" descobriu uma realidade dura, mas que precisava ser revelada, das vozes silenciadas da época pelo regime. Enterradas junto com os ossos daqueles que lutaram contra a anti-democracia do governo civil-militar, existiam diversas memórias individuais, que formaram uma memória coletiva e necessária da época, que assinalam, "além de luta, um compromisso" (SCHWARZ, 1978, p. 62).

AGRADECIMENTOS

Artigo e pesquisa apoiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Jan. Collective Memory and Cultural Identity. *New German Critique*, [s.l.], v. 1, n. 65, p. 125-133, 1995.

AUGUSTO, Sergio. **O marginal que deu certo**. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/o-pasquim/historia-o-pasquim/1969-1979-por-sergio-augusto/>. Acesso em: 19 dez. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968. **São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras**

providências. Brasília, 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm0061df72. Acesso em: 07 jul. 2022.

COSTA, Yasmine Ávila Catarinozzi da. **Design e memória gráfica mineira: um estudo da revista Bello Horizonte (1933-1950)**. 2022. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Design, Programa de Pós Graduação em Design, Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

FARIAS, Priscila Lena. On graphic memory as a strategy for design history. In **Tradition, Transition, Trajectories: major or minor influences? [=ICDHS 2014 - 9th Conference of the International Committee for Design History and Design Studies]**. São Paulo: Blucher, 2014, p. 201-206 .

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1990.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1991.

LE GOFF, Jacques. Memória. In **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990, p. 366-419.

MINAS GERAIS. **Comissão da Verdade em Minas Gerais: relatório / governo do estado**. Belo Horizonte: Covemg, 2017. 1 v.

MORAIS, Aloísio. **“Circus” foi à lona com carimbadas da ditadura**. 2019. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/circus-foi-a-lona-com-carimbadas-da-ditadura/>. Acesso em: 11 jul. 2022.

NETTO, Nelson Martins de Almeida; PILLOTTO, Silvia Sell Duarte. O Design como objeto de memória. **DAPesquisa**, Florianópolis, v. 9, n. 11, p. 188-202, 2014.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-1969: alguns esquemas. In **O pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 61-92.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **CATÁLOGO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA DE BELO HORIZONTE: 1930-87**. Belo Horizonte: UFMG, 1989.